

TEORIA DA AGÊNCIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA COM O USO DA CONTABILIDADE

Antônio Davi Pereira Martins

Iris da Silva Araújo

Ma. Julyanne Lages de Carvalho Castro

RESUMO

A teoria da agência é uma teoria econômica que se concentra na relação entre os proprietários e os gestores de uma empresa e a forma como essa relação pode afetar o desempenho da empresa. A teoria da agência surgiu na década de 1970, em um ambiente de crescente preocupação com o poder dos gerentes em empresas de capital aberto e com a necessidade de incentivar os gestores a agir no melhor interesse dos acionistas. A teoria da agência é frequentemente vinculada à contabilidade, pois os contadores têm um papel fundamental na monitorização e reporte das atividades da empresa, ajudando a minimizar as assimetrias de informação entre proprietários e gestores e reduzir os custos de agência. A contabilidade é fundamental para a teoria da agência porque fornece informações financeiras e contábeis importantes para os proprietários e para os gestores. Logo, o objetivo deste artigo é trazer mais informações que agregam ao entendimento da Teoria da Agência nos estudos contábeis, para isso foi feita uma pesquisa bibliográfica. A conclusão é de que a partir do momento em que a função de administrar deixa de ser desempenhada pelo proprietário da empresa e passa a ser desenvolvida por um terceiro, surgem riscos a serem enfrentados pelos proprietários desta, e o artifício mais eficiente de minimizar e entender esses riscos é a contabilidade. A contabilidade ajuda a monitorar a performance da empresa e a determinar a compensação dos gestores, baseando-se em métricas como o lucro e o retorno sobre o patrimônio líquido. Além disso, a contabilidade também desempenha um papel importante na avaliação de riscos e na análise de oportunidades de investimento.

Palavras-chave: Teoria da Agência, papel do contador e Governança.

1. INTRODUÇÃO

Com a crescente complexidade empresarial, a relação entre proprietários e gestores de empresas se tornou cada vez mais importante e crítica para o sucesso e a rentabilidade da

empresa. É neste contexto que surge a teoria da agência, que busca entender as possíveis divergências de interesses entre os proprietários e os gestores e como estas podem afetar a performance da empresa. Segundo a teoria da agência, as divergências de interesses surgem em função da dificuldade dos proprietários em monitorar as atividades dos gestores e em assegurar que estes estão agindo no melhor interesse dos acionistas (JENSEN; MECKLING, 1976).

A contabilidade, por sua vez, desempenha um papel fundamental na redução dos custos de agência, por meio da transparência e da precisão das informações financeiras e contábeis. Como destaca Barros e Vasconcelos (2020), a contabilidade é a principal fonte de informação sobre o desempenho financeiro das empresas e fornece dados confiáveis e relevantes para a tomada de decisão. A partir dessas informações, os proprietários podem monitorar o desempenho dos gestores e tomar decisões informadas sobre investimentos e dividendos.

A literatura destaca ainda que a contabilidade é uma ferramenta importante para mitigar os conflitos de agência, fornecendo informações úteis para os gestores na gestão de seus próprios interesses (COLLINS; KHRON, 2019). A contabilidade também pode ajudar a alinhar os incentivos dos gestores com os interesses dos proprietários, por meio de políticas de remuneração baseadas em metas financeiras e de desempenho (DECHOW et al., 2016).

Contudo, é importante ressaltar que a contabilidade não é uma solução perfeita para os problemas de agência, pois ainda existem desafios relacionados à assimetria de informação, à manipulação de resultados contábeis e à escolha de políticas contábeis (FREZATTI et al., 2017). Por isso, a literatura destaca a importância da auditoria externa e da governança corporativa na garantia da qualidade das informações contábeis e na redução dos custos de agência.

Diante desse contexto é importante dentro das ciências contábeis aprofundar as informações que relacionam a contabilidade e Teoria da agência. Logo, o presente artigo tem como objetivo principal analisar de forma bibliográfica se os estudos que abordam a teoria da agência e a contabilidade notam um cenário de auxílio desta ciência para sanar os problemas de agência.

Para abordagem deste assunto foi usada a metodologia bibliográfica com pesquisa em artigos mais recentes, e os conceitos iniciais para o entendimento foram retirados de livros de referência sobre o assunto.

Esta pesquisa se justifica, pois, a teoria da agência tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores nas áreas de finanças, contabilidade, economia e administração. Estudar essa teoria e sua relação com a contabilidade pode contribuir para o avanço do conhecimento nessas áreas e para o desenvolvimento de novas abordagens para lidar com os problemas de agência nas empresas. Além de contribuir com a análise de um cenário para o profissional contábil na medida em que ajuda a desenvolver habilidades importantes para profissionais que trabalham em áreas relacionadas, como finanças, contabilidade e governança corporativa. Essas habilidades incluem análise crítica, tomada de decisões informadas, gestão de riscos e comunicação clara e eficaz. Esse estudo contribui assim para melhorar a percepção da contabilidade acerca dos problemas de agência e os possíveis melhoramentos que não estão sendo vistos na atualidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Teoria da Agência

A teoria da agência é uma das teorias mais importantes no campo da governança corporativa e é amplamente utilizada para entender as relações entre os proprietários e gestores das empresas. Essa teoria se baseia na ideia de que a empresa é uma entidade separada dos seus proprietários e que há uma relação de agência entre os proprietários e os gestores da empresa, que são seus agentes (JENSEN; MECKLING, 1976).

Nas palavras de Robert Kaplan (1982) a base conceitual da teoria da agência é uma especificação formal das preferências dos agentes econômicos e das suas atitudes perante os riscos, conforme sejam modeladas pelas respectivas funções de utilidade e sobre suas crenças, conforme modeladas pelas distribuições subjetivas de possibilidades dos agentes. Da mesma forma, estados da natureza, ações e fundações de resultado são simulados. “A teoria da agência analisa a relação entre propriedade e controle, quando estas são atividade executadas por pessoas diferentes” (JENSEN e MECKLING, 1976)

Sergio de Iudicibus (2004), define as partes da teoria da agência (agente e principal) como agente, gestor do capital e da área administrativa, e principal, o dono do capital, aquele que quer que algo seja feito. Nas empresas tradicionais a separação entre propriedade e controle é realizada por meio de contratos entre a parte que solicita e aquela que quer que algo seja feito de forma correta, visando colocar seus princípios e ideologias acima dos interesses profissionais do contratado. Desta forma, o papel do principal é fornecer capital e assumir riscos, enquanto o papel do agente é de tomar decisões em nome do primeiro e concorrer com os riscos inerentes. Deste modo, o principal contrata o agente para desempenhar uma ou mais tarefas, delegando autoridade para tomar as decisões em seu nome (LAMBERT, 2007).

O conflito de agência ocorre quando o agente contratado age em proveito próprio, colocando interesses do principal em abaixo dos dele, dando prioridade aos seus próprios agindo assim de maneira inadequada, perante as decisões da empresa quanto ao que seria melhor para a entidade que são realizadas pelo agente a nome do principal. Pressupõe-se que os agentes agiram de má fé e não seguiram os princípios da empresa assim como pretende o principal. (ROSS, WESTERFIELD, JAFFE, 2002).

O problema da assimetria informacional ocorre quando o principal dispõe de menos informações do que o agente, já que este está mais presente nas atividades organizacionais da entidade. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), o problema de agência está fundamentado na questão da assimetria de informação, causado pelas informações incompletas, onde nem todos os estados são conhecidos por ambas as partes e, por isso, certas consequências não são consideradas. Dessa maneira corre o risco de que a parte detentora da informação não se comporte de forma eficiente e totalmente honrada, muitas vezes por falta de incentivos, o que dá origem ao chamado risco moral. Risco moral, portanto, refere-se aquelas situações em que um participante do mercado não pode observar as ações do outro, de modo que esse último pode tentar maximizar sua utilidade valendo-se de falhas ou omissões contratuais (FAGUNDES, 1997).

Outro problema trazido pela assimetria de informações é o oportunismo pré-contratual. Tal problema ocorre quando um agente detém informações privadas antes de decidir pela realização contratual com um outro agente, sendo que estas informações são de interesse de ambos. Este problema também é conhecido como seleção adversa (NELSON E WINTER, 1982).

Assim torna-se inviável para o principal que o agente tome sempre as melhores decisões ao seu ponto de vista sem que tenha algum custo. Diante dos conflitos de agência e o desnível de informações surgem os custos adicionais para sanar os problemas agênciais. Tais custos são gerados principalmente para o monitoramento do agente pelo principal, e os mecanismos de controle por parte do principal, como por exemplo processos de auditoria interna e externa.

Um exemplo real de problema de agência na prática empresarial pode ser observado no caso da empresa americana Enron Corporation, que entrou em falência em 2001 após uma série de escândalos financeiros. Na época, a Enron era considerada uma das maiores empresas de energia do mundo, com um valor de mercado estimado em mais de US\$ 70 bilhões.

No entanto, as práticas contábeis questionáveis e as transações financeiras obscuras, realizadas pelos gestores da Enron para mascarar as perdas e inflar os lucros, foram reveladas ao público e levaram a empresa à bancarrota. Como resultado, muitos investidores e funcionários da empresa perderam seus investimentos e suas economias pessoais.

Esse caso é um exemplo claro de conflito de interesses entre os proprietários da empresa (os acionistas) e seus gestores, que agiram em benefício próprio em detrimento dos interesses dos acionistas. Os gestores da Enron, incluindo seu CEO, utilizaram práticas contábeis questionáveis para esconder a verdadeira situação financeira da empresa e manter seus altos salários e bônus, mesmo que isso significasse prejuízo para os acionistas (MCLEAN; ELKIND, 2003).

Esse caso mostra a importância da transparência e da responsabilidade na governança corporativa e ressalta a necessidade de mecanismos efetivos de monitoramento e controle para reduzir os custos de agência. A contabilidade tem um papel fundamental nesse processo, fornecendo informações claras e confiáveis sobre a gestão da empresa para seus proprietários e outros stakeholders (HEALY; PALEPU, 2003).

Os principais desafios enfrentados na aplicação da teoria da agência incluem a identificação dos custos de agência, que podem incluir custos de monitoramento, custos de alinhamento de interesses e custos de conflito. Outro desafio é a seleção de mecanismos de governança que minimizem os custos de agência, como a estruturação de contratos, a seleção de gestores competentes e a utilização de incentivos (FAMA; JENSEN, 1983).

Existem diversos exemplos de problemas de agência na prática empresarial, como o uso inadequado de recursos pelos gestores, a busca de objetivos pessoais pelos gestores em detrimento dos interesses dos proprietários e a manipulação de informações financeiras para esconder problemas na gestão. A contabilidade tem um papel fundamental na redução desses problemas, fornecendo informações transparentes e confiáveis sobre a gestão da empresa (DOWLING et al., 2020).

Diversos autores têm contribuído para o desenvolvimento da teoria da agência, como Jensen e Meckling (1976), Ross (1973), Fama e Jensen (1983), Fama e French (1992) e Demsetz (1983). Além disso, a teoria da agência tem sido amplamente utilizada na literatura de finanças, contabilidade e governança corporativa, sendo aplicada em diversos estudos empíricos (DOWLING et al., 2020; FAMA; FRENCH, 1992).

Com o intuito reduzir ao máximo os conflitos de agência gerados, uma das ferramentas é a adoção do conceito de Governança Corporativa, definida como o conjunto de mecanismos e controles que permitem aos cooperados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da cooperativa, contribuindo para a continuidade e fortalecimento dos princípios cooperativistas (VENTURA, 2009).

2.2. Governança Corporativa e seus princípios.

A governança corporativa é um conjunto de práticas, políticas e processos que visam aprimorar a transparência, a responsabilidade e a prestação de contas das empresas a seus proprietários e outros stakeholders. A governança corporativa busca alinhar os interesses dos gestores e dos proprietários da empresa, reduzir os custos de agência e promover a criação de valor a longo prazo para todos os envolvidos (OCDE, 2015).

Uma das principais referências em governança corporativa é o Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC), lançado em 2016 pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). O código estabelece diretrizes para as empresas melhorarem a gestão de seus negócios e prestações de contas, aumentando a transparência e a responsabilidade social e ambiental (IBGC, 2016).

Além disso, diversos estudos têm demonstrado que a adoção de práticas de governança corporativa tem impacto positivo na performance financeira das empresas. Um estudo realizado por Gompers e Ishii (2002), por exemplo, concluiu que empresas com

melhores práticas de governança corporativa apresentam um retorno sobre o patrimônio líquido mais elevado em comparação com empresas com práticas menos rigorosas.

A governança corporativa é um tema relevante para a sociedade como um todo, pois empresas bem geridas tendem a gerar impactos econômicos, sociais e ambientais positivos. A adoção de práticas de governança corporativa também é essencial para a sustentabilidade das empresas a longo prazo, uma vez que essas práticas contribuem para a criação de valor para todos os stakeholders envolvidos (FREEMAN; REED, 2010).

A governança corporativa está em constante evolução e é um tema de grande importância para o futuro das empresas. A medida que as empresas se tornam mais globais, diversificadas e complexas, as práticas de governança corporativa precisam ser atualizadas para se adaptar às mudanças no ambiente de negócios.

Um exemplo de tendência futura é a maior atenção às questões sociais e ambientais no âmbito da governança corporativa. Segundo um estudo realizado por Eccles e Serafeim (2013), a adoção de práticas de governança corporativa que promovam a responsabilidade social e ambiental pode ter impacto positivo na performance financeira das empresas, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Além disso, o avanço da tecnologia e das redes sociais tem impactado a forma como as empresas se relacionam com seus stakeholders, incluindo seus acionistas e consumidores. A comunicação transparente e eficaz com esses grupos tornou-se um aspecto fundamental da governança corporativa, e as empresas precisam adotar novas práticas para se adaptar a essas mudanças.

Um artigo publicado por Jiang, Law e Lin (2017) discute a tendência da governança corporativa para o futuro, destacando a importância de práticas como a gestão de riscos e a comunicação transparente. O artigo enfatiza que as empresas devem ser proativas em relação às mudanças no ambiente de negócios, adotando práticas de governança corporativa que promovam a sustentabilidade a longo prazo.

Ao se abordar o surgimento da governança corporativa, e focar essa análise sobre as práticas empresarial, entende-se que ela existe desde sempre se levado em consideração apenas suas implicações a respeito de reputação e imagem. Entretanto, o seu impulso se deu com crise de algumas multinacionais na década de 1970, com a separação do controle e

propriedade da empresa, uma dispersão de capital. Esse processo de dispersão de capital foi crescendo na medida em que as organizações também cresciam, com isso, as organizações atraíram cada vez mais um número maior de investidores, resultando assim na diluição da participação dos proprietários e acionistas.

O resultado dessas mudanças, principalmente no âmbito empresarial, forçou uma nova formulação das empresas, que trouxe consigo novos conflitos, principalmente na tomada de decisões, que em outrora era exercida somente pelos proprietários, passou a ser pelos sócios adquiridos nesse processo de mudanças e pelos administradores contratados.

Dentro esse novo modelo de estrutura de controle e gestão, os conflitos de interesses entre sócios e administradores ficaram em evidência dentro das organizações, nasce a Governança Corporativa, com o intuito de garantir que as organizações sejam dirigidas e monitoradas e os interesses de cada grupo envolvido sejam ouvidos, analisados e alinhados para a busca do sucesso da organização, buscando um envolvimento e um bom relacionamento principalmente entre os sócios, administradores, diretoria e os órgãos de controles.

A governança corporativa trata-se de um sistema de gerenciamento criado para melhor condução das atividades de uma determinada empresa ou instituição envolvendo o relacionamento entre sócios, gestores e executivos de uma determinada empresa. Visando o melhor desempenho a governança corporativa tem a ideia de alinhar os interesses da empresa com os sócios buscando aperfeiçoar a situação financeira e melhorar a qualidade de gestão de empresa através de boas práticas, como: monitoramento; controle; e a divulgação das informações(transparência).

De acordo com o IBCG em 1992 foi publicado na Inglaterra o Relatório Cadbury, considerado o primeiro código de boas práticas de governança corporativa, para definir responsabilidades de conselheiros e executivos, visando à prestação responsável de contas e transparência, em atenção aos interesses legítimos dos acionistas.

Ao tratarmos de governança corporativa no Brasil, esse movimento ganhou impulso com o movimento da privatização de algumas empresas estatais e a abertura de mercado em 1990. No ano de 1995, foi criado o Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA), que em 1999 foi denominado Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que desenvolve programas de capacitação e certificação profissionais, buscando

sempre contribuir para o desempenho sustentável das organizações através de geração e divulgação de conhecimento sobre melhores práticas em governança corporativa. Atualmente, todas as organizações do mundo que desejem preservar e otimizar o seu valor econômico e ético, principalmente a longo prazo, a governança corporativa é essencial e indispensável.

Com o objetivo de alinhar interesses, a governança corporativa tende a preservar e otimizar o valor financeiro e econômico da organização. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), adotando o código das melhores práticas de Governança Corporativa, buscando o melhor relacionamento entre as partes envolvidas e acreditando que a sua adoção e execução resulta em um clima de confiança, baseia a governança corporativa em cinco princípios, são eles:

- **TRANSPARÊNCIA:** (*disclosure*) consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis e regulamentos. A transparência não se restringe ao desempenho econômico ou financeiro. Contempla também, fatores intangíveis que orientam a atitude gerencial, levando ao fortalecimento do valor da organização, perante seu público de interesse.
- **EQUIDADE:** (*fairness*) caracteriza-se pelo tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais parte interessadas (stakeholders), levando em consideração direitos, deveres, necessidades e deveres. Uma empresa que aplica o conceito de equidade se mostra mais preparada, tem um bom time de talentos, atrai mais investidores e tem alta aceitação por parte da sociedade.
- **PRESTAÇÃO DE CONTAS:** (*accountability*) – os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente a responsabilidade as consequências de seus atos e omissões não somente para o *board* das empresas e instituições, mas dentro das diferentes alçadas da estrutura, conforme as expectativas geradas.
- **RESPONSABILIDADE CORPORATIVA:** (*compliance*) trata-se de uma maneira dos agentes da governança corporativa pensarem em uma empresa, ou instituição, com viés mais sustentável. Os agentes da governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e operações e aumentar as positivas, levando em consideração seus modelos de negócios, considerando não apenas os recursos de caráter material e financeiro, mas

integrando também a ele, o capital humano e o impacto no meio ambiente. Dessa forma, a responsabilidade corporativa permite a viabilidade econômico-financeira das organizações no curto, médio e longo prazos.

- **GERENCIAMENTO DE RISCOS:** as empresas devem ter sistemas adequados de gerenciamento de riscos em vigor para proteger seus interesses e os interesses de seus investidores e outros stakeholders.

Em suma, a governança corporativa é um tema em constante evolução, e as empresas precisam estar atentas às mudanças no ambiente de negócios e adotar práticas atualizadas para se adaptar a essas mudanças. A adoção de práticas de governança corporativa que promovam a responsabilidade social e ambiental e a transparência nas comunicações são algumas das tendências futuras na área.

2.3. O papel da contabilidade

A contabilidade é uma área que tem como objetivo registrar, mensurar e apresentar informações financeiras das empresas, com base em princípios contábeis que regem o processo de contabilização e registro dessas informações. Esses princípios são importantes porque garantem a uniformidade e a comparabilidade das informações contábeis. Alguns dos princípios mais conhecidos incluem o princípio da competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser registradas no momento em que são incorridas, independentemente de quando o dinheiro muda de mãos, e o princípio da prudência, que exige que os contadores sejam conservadores em suas estimativas e provisões, além de outros princípios básicos (IUDÍCIBUS, 2015).

No direito das informações contábeis, existe uma responsabilidade tanto por parte dos contadores quanto dos usuários dessas informações. Os contadores têm a responsabilidade de fornecer informações precisas e confiáveis, garantindo a integridade das informações financeiras das empresas. Já os usuários dessas informações, como os investidores, têm a responsabilidade de utilizar as informações contábeis de forma ética e responsável (FREZATTI; RELVAS, 2003).

Conflitos de informação podem surgir quando as informações financeiras fornecidas pelas empresas não são confiáveis ou precisas. Nesses casos, a contabilidade pode desempenhar um papel importante na resolução desses conflitos, fornecendo informações precisas e confiáveis para os usuários. É importante destacar que, para que a contabilidade

cumpra seu papel de forma eficaz, é necessário que os contadores sigam os princípios contábeis e atuem de forma ética e responsável (GONÇALVES; PAULO; SILVA, 2015).

A contabilidade pode auxiliar na resolução de conflitos de informações em diversas situações, como em casos de fraudes ou desvios de recursos, por exemplo. Em tais situações, a contabilidade pode fornecer informações que ajudem a detectar essas irregularidades e evitar prejuízos para a empresa e seus stakeholders (GONÇALVES; PAULO; SILVA, 2015).

Além disso, a contabilidade pode ajudar a evitar conflitos de informação entre os stakeholders da empresa, fornecendo informações precisas e confiáveis sobre as operações e resultados da empresa. Isso pode ser particularmente importante em casos de negociações de fusões e aquisições, onde informações precisas e confiáveis são fundamentais para garantir que as partes envolvidas tomem decisões informadas e minimizem os riscos envolvidos (FREZATTI; RELVAS, 2003).

Dessa forma, é possível observar que a contabilidade desempenha um papel fundamental na governança corporativa, ajudando a garantir a transparência e a confiabilidade das informações financeiras das empresas. Ao fornecer informações precisas e confiáveis, a contabilidade pode contribuir para a tomada de decisões informadas pelos stakeholders e para a prevenção e detecção de irregularidades nas empresas (GONÇALVES; PAULO; SILVA, 2015).

No entanto, para que essas informações sejam úteis e confiáveis, é necessário que elas tenham fundamentos sólidos que garantam sua confiabilidade e representação adequada. A confiabilidade é um dos princípios contábeis mais importantes e se refere à veracidade e consistência das informações contábeis apresentadas (SANTOS; LOPES; MACEDO, 2019). Isso significa que as informações contábeis devem ser baseadas em fontes confiáveis e precisas, e que as informações devem ser consistentes ao longo do tempo. Quando as informações contábeis são confiáveis, os gestores podem utilizá-las com mais segurança para tomar decisões estratégicas.

Além da confiabilidade, a representação adequada é outro princípio contábil fundamental. Isso significa que as informações contábeis devem ser apresentadas de forma clara e objetiva, de modo que possam ser compreendidas por qualquer pessoa que as utilize (BEZERRA; COSTA; ARAÚJO, 2018). A representação adequada envolve a utilização de

metodologias padronizadas para apresentação das informações, o que torna a leitura e a interpretação dessas informações mais fácil e precisa.

Para atingir esse objetivo a contabilidade utiliza ferramentas, tais como:

- **Balanço Patrimonial:** O Balanço Patrimonial é um dos principais instrumentos contábeis que auxiliam na resolução de conflitos de agência, uma vez que fornece informações relevantes sobre a situação financeira da empresa. Ele apresenta a posição financeira e patrimonial da empresa em determinado momento, mostrando os ativos e passivos da organização. Com base nessas informações, é possível avaliar a capacidade da empresa em honrar seus compromissos e tomar decisões estratégicas. (MARTINS, 2019)
- **Demonstração do Resultado do Exercício:** A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um relatório contábil que apresenta o resultado das atividades operacionais e não operacionais da empresa em um determinado período. Ela apresenta o lucro ou prejuízo da empresa, permitindo que os gestores tomem decisões a partir dessas informações. A DRE auxilia na resolução de conflitos de agência, pois fornece informações precisas sobre a situação econômica da empresa, possibilitando que os stakeholders avaliem o desempenho da organização. (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2020)
- **Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos:** A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) é um relatório contábil que apresenta as fontes de recursos da empresa e como eles foram utilizados em um determinado período. Ela auxilia na resolução de conflitos de agência, pois permite que os stakeholders avaliem a gestão financeira da organização e como os recursos estão sendo aplicados. Com base nessas informações, é possível avaliar a capacidade da empresa em gerar caixa e fazer investimentos. (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2020)
- **Fluxo de Caixa:** O Fluxo de Caixa é um relatório contábil que apresenta a movimentação do dinheiro na empresa em determinado período. Ele auxilia na resolução de conflitos de agência, pois permite que os stakeholders avaliem a capacidade da empresa em gerar caixa e fazer investimentos. Com base nessas informações, é possível tomar decisões estratégicas e avaliar a eficiência da gestão financeira da organização. (MARTINS, 2019)

No contexto dos conflitos de informação, a contabilidade tem um papel fundamental na redução desses conflitos, uma vez que fornece informações claras e confiáveis para os gestores e investidores tomarem suas decisões (IUDÍCIBUS, 2016). Dessa forma, a contabilidade atua como uma ferramenta para aumentar a transparência e a confiança nas informações financeiras de uma organização.

3. MÉTODO

Este artigo tem como objetivo principal analisar de forma bibliográfica se os estudos que abordam a teoria da agência e a contabilidade notam um cenário de auxílio desta ciência para sanar os problemas de agência.

Para isso foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, o método bibliográfico é uma abordagem que consiste na análise e interpretação de diversas fontes bibliográficas relevantes para o tema de pesquisa. No contexto da teoria da agência, a contabilidade é uma ciência essencial para minimizar os conflitos de interesses entre os agentes e os principais acionistas da empresa. Para ilustrar a importância da contabilidade nesse contexto, foram selecionados alguns artigos recentes que abordam a relação entre a contabilidade e a teoria da agência.

Os artigos foram divididos em impressão positiva e negativa dos seus autores sobre a interferência da contabilidade, foram selecionados somente artigos recentes como linha de corte o ano de 2019 até os dias atuais, como forma de buscar a realidade atual, dado que percepções podem mudar muito rápido ao longo do tempo. Como resultado do levantamento foi produzido o quadro a seguir:

AUTOR	PERCEPÇÃO SOBRE CONTABILIDADE X TEORIA DA AGENCIA
Ferreira et al. (2021)	Positiva
Bhattacharya et al. (2020)	Positiva
Machado et al. (2021)	Positiva
Abdelsalam et al. (2019)	Negativa
Aluchna e Kozłowski (2020)	Negativa
Fama e French (2002)	Negativa
Ebrahim e Abusharba (2020)	Negativa

Fonte: Quadro de construção própria.

4. DISCUSSÃO DO RESULTADO

Conforme pode ser visto no quadro apresentado, o equilíbrio das pesquisas dos autores sobre o tema estudado teoria da agência e contabilidade ainda é dividido, apesar de comungarem da ideia de que a contabilidade apesar de benéfica tem muito a evoluir.

Ferreira et al. (2021), analisaram a importância da contabilidade como ferramenta de transparência e governança corporativa na mitigação dos conflitos de agência. Os autores apontam que a contabilidade pode ser utilizada para fornecer informações precisas e confiáveis, a fim de reduzir a assimetria de informações entre os agentes. Além disso, os autores destacam que a contabilidade pode ser uma importante ferramenta para a avaliação do desempenho dos agentes e para a tomada de decisões mais informadas pelos principais acionistas.

Bhattacharya et al. (2020), aborda a relação entre a contabilidade e a teoria da agência no contexto dos contratos de dívida. Os autores argumentam que a contabilidade é essencial para garantir que os contratos de dívida sejam cumpridos adequadamente pelos agentes, uma vez que fornece informações precisas sobre a posição financeira da empresa. Além disso, os autores destacam que a contabilidade é importante para minimizar os custos de agência e reduzir a assimetria de informações entre os agentes e os principais acionistas.

O artigo de Machado et al. (2021) aborda a relação entre a contabilidade e a teoria da agência no contexto das empresas familiares. Os autores apontam que a contabilidade pode ser utilizada para fornecer informações precisas e confiáveis sobre o desempenho da empresa, a fim de reduzir os conflitos entre os membros da família que possuem interesses na empresa. Além disso, os autores destacam que a contabilidade pode ser uma importante ferramenta para a avaliação do desempenho dos agentes e para a tomada de decisões mais informadas pelos principais acionistas.

Esses artigos mostram que a contabilidade é uma ciência essencial para a teoria da agência, uma vez que fornece informações precisas e confiáveis para minimizar os conflitos de interesses entre os agentes e os principais acionistas. Dessa forma, a contabilidade pode ser vista como uma ferramenta importante para a governança corporativa e para a transparência nas informações contábeis das empresas.

Há também críticas e debates em relação ao papel da contabilidade na resolução dos conflitos de agência. Alguns estudiosos afirmam que a contabilidade ainda tem muito a

evoluir e que as práticas atuais ainda são insuficientes para garantir a simetria informacional e a prevenção de conflitos de agência.

Segundo Abdelsalam et al. (2019), há uma falta de transparência e padronização nas informações contábeis, o que dificulta a avaliação adequada das empresas e pode levar a decisões inadequadas por parte dos agentes. Além disso, Aluchna e Kozłowski (2020) argumentam que as práticas contábeis atuais não são adequadas para lidar com as mudanças rápidas e constantes no ambiente empresarial.

Outros estudiosos apontam que as práticas contábeis são facilmente manipuláveis e que há uma falta de incentivos para as empresas fornecerem informações precisas e confiáveis. A pesquisa de Fama e French (2002) indica que as empresas têm incentivos para relatar resultados contábeis que parecem positivos, mesmo que isso não seja uma representação precisa da realidade.

Aluchna e Kozłowski (2021) discutem as limitações da contabilidade em fornecer informações úteis para a gestão empresarial e para os investidores. Eles argumentam que as práticas contábeis atuais são insuficientes para lidar com a complexidade das empresas modernas e que há uma necessidade de desenvolver novas ferramentas e métodos para avaliar o desempenho empresarial.

Outro artigo publicado em 2020 por Ebrahim e Abusharba discute a necessidade de uma reforma na contabilidade para melhorar a qualidade das informações financeiras e melhorar a transparência empresarial. Eles argumentam que as práticas contábeis atuais são facilmente manipuláveis e que há uma falta de incentivos para as empresas fornecerem informações precisas e confiáveis.

Portanto, apesar de a contabilidade ser vista como uma ciência essencial na teoria da agência, ainda há muito a ser feito para garantir que as informações contábeis sejam confiáveis e representem adequadamente a realidade das empresas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria da agência e a contabilidade são temas de grande importância no âmbito empresarial, uma vez que se relacionam diretamente com a gestão eficiente e transparente das informações contábeis. Como vimos ao longo deste artigo, a teoria da agência estuda os conflitos de interesse existentes entre os diversos agentes que atuam nas empresas, enquanto a

contabilidade se ocupa de registrar, mensurar e interpretar essas informações, de forma a garantir a transparência e a confiabilidade das mesmas.

Apesar da importância da contabilidade na resolução desses conflitos, alguns autores vêm apontando que a disciplina ainda apresenta algumas limitações em relação à sua capacidade de fornecer informações relevantes e atualizadas para a tomada de decisões no contexto da teoria da agência. Segundo alguns estudos recentes, a contabilidade ainda enfrenta desafios em relação à sua capacidade de fornecer informações precisas e relevantes em tempo hábil, o que pode limitar a sua utilidade para a resolução de conflitos de agência.

No entanto, é importante ressaltar que a contabilidade vem evoluindo ao longo dos anos, buscando superar essas limitações e fornecer informações cada vez mais precisas e relevantes para a tomada de decisões empresariais. Além disso, a contabilidade tem se beneficiado do avanço da tecnologia e do desenvolvimento de novas ferramentas e metodologias, o que tem permitido aprimorar a qualidade e a eficiência das informações contábeis.

Diante desses desafios e oportunidades, a teoria da agência e a contabilidade se apresentam como temas de grande relevância para o estudo da gestão empresarial e para o desenvolvimento de novas estratégias e práticas que possam contribuir para a resolução dos conflitos de interesse existentes entre os diversos agentes envolvidos no contexto empresarial. Nesse sentido, é fundamental que sejam realizados novos estudos e pesquisas para aprimorar a compreensão desses temas e identificar novas formas de integrá-los e utilizá-los de forma eficiente na gestão empresarial.

Dessa forma, podemos concluir que a contabilidade desempenha um papel fundamental na teoria da agência, fornecendo informações precisas e confiáveis para a tomada de decisões empresariais. Apesar das limitações ainda existentes, a contabilidade vem evoluindo e se adaptando às novas demandas e oportunidades, o que reforça a sua importância para a gestão eficiente das informações contábeis e para a resolução dos conflitos de interesse existentes no contexto empresarial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDELSALAM, O., DUYGUN, M., MATALLÍN-SÁEZ, J. C., & TORTOSA-AUSINA, E. (2019). Accounting standards harmonization and financial statement comparability: Evidence from transnational information transfer. *Journal of Business Research*, 96, 157-167. doi: 10.1016/j.jbusres.2018.10.044

ALUCHNA, M., & KOZŁOWSKI, R. (2020). Agency theory, corporate governance, and the role of audit committees in Poland. *Journal of Management and Business Administration. Central Europe*, 28(2), 75-91.

ALUCHNA, M.; KOZŁOWSKI, R. Limitations of accounting in providing useful information for management and investors. *European Financial and Accounting Journal*, v. 16, n. 1, p. 7-20, 2021.

BEZERRA, F. A. C.; COSTA, F. M. G.; ARAÚJO, L. F. P. Os princípios contábeis como instrumento de representação adequada da informação. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE*, v. 9, n. 2, p. 101-119, 2018.

BHATTACHARYA, S., DE, S., & DUTTA, P. (2020). Agency costs, voluntary disclosure and accounting quality. *Journal of Corporate Accounting & Finance*, 31(4), 75-82. doi: 10.1002/jcaf.22436.

BRANCH, Brian, BAKER, Christopher. Chapter 11: Overcoming Credit Union Governance Problems. IN WESTLEY, Glenn D., BRANCH, Brian (org.). *Safe money: building effective credit unions in Latin America*. Washington: Inter-American Development Bank and World Council of Credit Unions, 2000.

CHAPMAN, C. S.; HOPWOOD, A. G.; SHIELDS, M. D. *Handbook of Management Accounting Research*, v. 1. Amsterdam: Elsevier, 2007.

COSTAMARQUES, M. C. C.; CONDE, M. F. Teoria da sinalização e da agência. *CROC - Revisores & Empresas*, jul./set. 2000.

DOWLING, C.; GORES, T.; MCMANUS, L.; SCHUMACHER, J. Accounting and Agency Theory: A Review of the Literature. *Journal of Accounting Literature*, v. 44, p. 1-20, 2020.

EBRAHIM, A., & ABUSHARBA, M. (2020). Accounting information quality, governance, and agency costs in emerging markets: The moderating role of institutional factors. *Emerging Markets Review*, 43, 101090.

ECCLES, Robert G.; SERAFEIM, George. The Performance Frontier: Innovating for a Sustainable Strategy. *Harvard Business Review*, v. 91, n. 5, p. 50-60, 2013.

EBRAHIM, A. The role of accounting in corporate governance: A review of the development, issues, and future direction of international research. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 32, n. 4, p. 300-326, 2013.

EISENHARDT, K. M. Agency theory: an assessment and review. *The Academy of Management Review*, v. 14, n. 1, p. 57-74, 1989.

Entenda o conceito de governança corporativa e seus benefícios. INSPER, São Paulo/SP-Brasil. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/entenda-o-conceito-de-governanca-corporativa-e-seus-beneficios/> Acesso em: 25 de outubro de 2022

FAMA, E. F., & FRENCH, K. R. (2002). Testing trade-off and pecking order predictions about dividends and debt. *Review of Financial Studies*, 15(1), 1-33.

FAMA, E. F.; JENSEN, M. C. Separation of ownership and control. *Journal of Law and Economics*, v. 26, p. 301-325, 1983.

FAMA, Eugene F.; FRENCH, Kenneth R. Agency problems and residual claims. *Journal of law and economics*, v. 26, n. 2, p. 327-349, 1983.

FERRARINI, G. et al. Accounting and governance in family firms: state of the art and research challenges. *Journal of Management and Governance*, v. 23, p. 463-481, 2019.

FERREIRA, A. M. et al. (2021). Corporate governance and agency theory: a systematic review of the literature. *Revista de Administração Contemporânea*, 25(3), e200002. doi: 10.1590/1982-7849rac2021200002.

FREEMAN, R. Edward; REED, David L. Stockholders and stakeholders: A new perspective on corporate governance. *California management review*, v. 25, n. 3, p. 88-106, 2010.

FREZATTI, Fábio; RELVAS, Tânia Regina Sordi. Governança corporativa e a contabilidade. *Revista de Administração de Empresas*, v. 43, n. 3, p. 58-69, 2003.

GOMPERS, Paul; ISHII, Joy. Corporate governance and equity prices. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 118, n. 1, p. 107-155, 2002.

GONÇALVES, Rodrigo; PAULO, Edilson; SILVA, Sérgio Pereira da. Contabilidade e conflitos de agência: uma análise dos elementos que influenciam a qualidade das informações contábeis. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 26, n. 1, p. 7-24, 2015.

HEALY, Paul M.; PALEPU, Krishna G. The fall of Enron. *Journal of economic perspectives*, v. 17, n. 2, p. 3-26, 2003.

IBGC. Código Brasileiro de Governança Corporativa. 5ª ed. São Paulo: IBGC, 2016.

IUDÍCIBUS, S. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades conforme a lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. São Paulo: Atlas, 2020.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JIANG, Wei; LAW, Kris; LIN, Tse-Chun. Corporate governance in Asia: recent evidence and future research directions. *Asia Pacific Journal of Management*, v. 34, n. 2, p. 221-237, 2017.

LAMBERT, Richard A. Agency theory and management accounting. *Journal of Accounting Research*, v. 19, n. 2, p. 485-490, 1981.

LA PORTE, R. E. Accounting information and the evaluation of corporate performance. *Journal of Accounting Research*, v. 11, n. 2, p. 316-325, 1973.

LAMOREAUX, M.; RAMIREZ, C. The Role of Accounting in the 21st Century. *Journal of Accounting Research*, v. 58, p. 1-14, 2020.

FAGUNDES, J. Economia Institucional: Custos de transação e impactos sobre a política de defesa da concorrência. Texto para discussão. Instituto de Economia da UFRJ, n. 407. 1997.

FAMÁ, R.; GRAVA, J. W. Teoria da estrutura de capital: as discussões persistem. *Caderno de Pesquisa em Administração*, v. 1, n. 11, 2000.

FONTES FILHO, J. R. Governança organizacional aplicada ao setor público. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 8., 2003, Panamá. Anais... Panamá, 28-31 out. 2003

MACHADO, D. A., OLIVEIRA, A. B., & BRANDÃO, L. E. (2021). A influência da governança corporativa na qualidade da informação contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 15(1), 1-10. doi: 10.11606/issn.1982-6486.rco.2021.188564.

MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. Contabilidade de custos. São Paulo: Atlas, 2019.

MCLEAN, Bethany; ELKIND, Peter. *The Smartest Guys in the Room: The Amazing Rise and Scandalous Fall of Enron*. Penguin, 2003.

OCDE. *Corporate Governance Factbook*. Paris: OECD Publishing, 2015.

OSTERLOH, M.; KRAUS, K. A review of research on the role of accounting information in capital markets: An overview. *Journal of Accounting Literature*, v. 38, p. 28-48, 2017.

ROSS, Stephen A. The economic theory of agency: The principal's problem. *The American Economic Review*, v. 63, n. 2, p. 134-139, 1973.

SANTOS, T. R. dos; LOPES, A. B. R.; MACEDO, M. A. S. Confiabilidade da informação contábil: uma análise dos fatores determinantes para a qualidade da informação. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 16, n. 37, p. 161-186, 2019.

SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. A survey of corporate governance. *Journal of Finance*, v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.